

AGENDA DE OBRIGAÇÕES FEVEREIRO/2015

AGP – Assessoria em Gestão Pública/AMVAP

www.amvapmg.org.br

Contribuição Previdenciária para RPPS:

Recolhimento referente à competência de **janeiro/2015**.

(Ver data na legislação própria)

Sistema de Coleta de Dados Contábeis e Fiscais dos Entes da Federação será descontinuado

Fonte: www.cnm.org.br acessado em 26/01/2015.

Será descontinuada a coleta das informações contábeis e fiscais por meio do Sistema de Coleta de Dados Contábeis e Fiscais dos Entes da Federação (SISTN). Há 13 anos, o SISTN, recebe prestações de contas. Ele é gerido pela Caixa Econômica Federal e utilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A data da descontinuação é 28 de fevereiro, de acordo com a Portaria 32/2015 da STN, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 19 deste mês. Portanto, no primeiro dia de março, está suspensa a coleta das informações contábeis e fiscais por meio do SISTN.

A partir de 28 de fevereiro, as informações contábeis e fiscais referentes às competências de 2015 deverão ser inseridas exclusivamente no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). As demais informações relativas às competências de 2014 e anteriores deverão ser entregues conforme as regras específicas da Portaria 702/2014 da STN.

Novo

sistema

O Siconfi entrou em operação no dia 2 de fevereiro de 2014. Ele disponibiliza a inserção das informações dos entes da federação das contas anuais previstas no artigo 51 da LRF, referentes ao exercício de 2013. A partir de 2015, a principal novidade é que o sistema passará a receptionar, também, as informações relativas:

- aos Demonstrativos Fiscais definidos nos artigos 52 a 54 da Lei Complementar 101, de 2000 (LRF);
- ao Cadastro da Dívida Pública (CDP), relativo às informações das dívidas públicas interna e externa a que se refere o inciso 4.º do artigo 32 da LRF;
- à Declaração do Pleno Exercício da Competência Tributária, em atendimento ao inciso I do artigo 38 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507, de 24 de dezembro de 2011;
- à Declaração de publicação do RREO e RGF, em atendimento aos incisos XI e XIV do art. 38 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507, de 2011; e
- à estrutura das administrações direta e indireta, cujos dados foram consolidados na declaração das contas anuais.



<p><u>Sistema de Informação e Monitoramento do SUAS – SIM</u> Municípios co-financiados pelo Estado de Minas Gerais, para custeio de Serviços de Proteção Social Básica e ou Especial, devem preencher os questionários no SIM. Acesse: www.simsuasmg.mg.gov.br/sim - Prazo: mensalmente, do dia 1º ao dia 20 de cada mês.</p>	
<p><u>RAIS – Relação Anual de Informações Sociais Ano-Calendário 2015.</u> http://portal.mte.gov.br/rais/ O prazo de entrega da declaração da RAIS, ano-base 2014, inicia-se no dia 20 de janeiro de 2015 e termina no dia 20 de março de 2015, conforme Portaria nº 10, de 9 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial em 12 de janeiro de 2015.</p>	
<p><u>DIRF 2015 - Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - Dirf</u> A Dirf 2015, relativa ao ano-calendário de 2014, deverá ser entregue no dia 27 de fevereiro de 2015.</p>	
<p><u>Publicação – uma vez durante o ano – Valores dos cargos e subsídios</u> Publicar uma vez durante o ano, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos da administração direta e indireta.</p>	<p>CF – arts. 34, § 3º e 39, § 6º Lei n. 8.429/1992 – art. 13</p>
<p><u>Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB</u> As secretarias municipais e estaduais de Saúde devem enviar a base de dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB)</p>	<p>Portaria SAS nº 72/2011</p>
<p><u>Exigência de elaboração de plano básico de mobilidade social para receber recursos do Estado para realização de obras de infraestrutura</u> Em atendimento ao Decreto Estadual n. 45.550/2011, fica estabelecido que todo município que firmar termo de convênio para recebimento de transferências voluntárias para obras de infraestrutura, deverão elaborar o plano básico de mobilidade social com vigência de metas bienais.</p>	<p>Decreto Estadual nº 45.550/2011.</p>



<p><u>Recebimento de Recursos Federais</u> Notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, informando sobre o recebimento de recursos a qualquer título do Governo Federal. Prazo de 2 dias úteis, contados da data de recebimento dos recursos.</p>	<p>Art. 2º, Lei Federal nº 9.452/1997</p>
<p><u>Cadastramento de obras paralisadas</u> Cadastramento de obras paralisadas no município através da Internet, no endereço: http://www.tce.mg.gov.br/obrasparalisadas (se houver).</p>	<p>Site do TCE/MG: www.tce.mg.gov.br</p>
<p><u>Concurso Público</u> Enviar ao TCE-MG, 60 dias antes da data de início das inscrições, o edital do concurso já publicado na imprensa, a legislação atinente e o demonstrativo do quantitativo das vagas (Anexo VII). Envio por meio eletrônico: FISCAD.</p>	<p>Art. 5º, IN TCEMG nº 5/2007, alterada pela IN TCEMG nº 4/2008 e pela IN TCEMG nº 8/2009</p>
<p><u>Ratificações de Dispensas e Inexigibilidades</u> Publicar na "home page" de Contas Públicas até o 30º dia de sua ocorrência.</p>	<p>Art. 1º, V e § 5º Lei Federal nº 9.755/1998</p>
<p><u>Prestação de Contas de Convênios</u> Prestação de Contas de recursos recebidos por convênio, observando prazo estabelecido no convênio.</p>	
<p><u>Reunião com os conselhos municipais para acompanhamento dos recursos transferidos ao Município</u> Realizar reunião com os conselhos municipais para aprovar o planejamento e a execução dos recursos.</p>	
<p><u>Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro</u> Estimativa do impacto orçamentário-financeiro para a geração de despesas ou assunção de obrigações, se for o caso.</p>	<p>Arts. 16 e 17 LRF</p>
<p><u>Até 60 dias após o encerramento de cada mês -</u> Manutenção dos dados do Município na página da internet Home page Contas Públicas, informando os dados contábeis, compras e contratos mensalmente. Lei nº 9755/1998 e IN TCU nº 28/1999.</p>	



Prazo para protocolar impugnação de VAF:

- 30 dias a contar da data de publicação dos índices provisórios do VAF, feita por meio de Resolução do Secretário da SEF/MG;
- 15 (quinze) dias contados da data da publicação no órgão da Imprensa Oficial do Estado, do comunicado informando de que os índices provisórios relativos aos Recursos Hídricos, estão disponibilizados na respectiva página da internet.

Destinatário:

- Divisão de Assuntos Municipais/Diretoria de Cadastros, Arrecadação e Cobrança/Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais/ Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – DAM/DICAC/SAIF/SEF-MG.

AVISO DO TCE/MG

O Tribunal informa que, consoante a Instrução Normativa nº 11/2011, que modificou o § 1º do artigo 2º e o art. 14 da Instrução Normativa nº 03/2011, **a partir de janeiro de 2012**, deverão ser enviados digitalizados os documentos constantes do art. 5º, §1º, XIV; art. 5º, §º 2º, XII; art. 5º §3º, VII, VIII e IX; art.5º, § 4º, V e VI; e art. 5º, § 5º,V e VI; excetuando as tabelas de vencimentos aplicadas e as leis que as instituírem.

Prestação de Contas para o FNDE

Conselho Deliberativo do FNDE instituiu **a Resolução nº 2, de 18/1/2012**, que prevê a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC).

Observar os prazos constantes do GEO OBRAS do TCE MG - INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 06/2013

Dispõe sobre a remessa ao Tribunal de Contas, por meio do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia Geo-obras/TCEMG, de informações, documentos e imagens relativos a licitação, a contrato e a execução de obras e serviços de engenharia realizados por órgãos e entidades submetidos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

05/02	Simples Nacional Último dia para que o órgão tributário do Município comunique à Receita Federal do Brasil (RFB) a regularidade das inscrições disponibilizadas no período de 20 a 31/01/2015, por meio do Portal do Simples Nacional.	Art. 7º, § 3º, III, "a" Resolução CGSN nº 4/2007
06/02	GFIP-FGTS Último dia para depósito relativo à remuneração de janeiro /2015.	GFIP Eletrônica



06/02	<u>CAGED</u> Último dia para envio ao Ministério do Trabalho e Emprego a relação de admissões e desligamentos ocorridos em janeiro/ 2015 . Somente para os servidores regidos pela CLT.	CAGED Eletrônico
06/02	<u>COMPREV –</u> Recolhimento efetuado por RPPS – código 7307 – competência janeiro /2015. Recolhimento efetuado por RPPS – Estoque – código 7315 – competência janeiro/2015	
06/02	<u>Resumos de Contratos e seus Aditivos</u> Último dia para publicação na página de Contas Públicas referentes aos assinados em dezembro/2014.	Art. 2º, XX IN TCU nº 28/99
06/02	<u>GFIP-FGTS</u> Último dia para depósito relativo à remuneração de janeiro /2015.	GFIP Eletrônica
10/02	<u>Alvarás e Habite-se concedidos</u> Último dia para enviar ao INSS a relação de todos os alvarás concedidos para construção civil e documentos de “habite-se” no mês de janeiro de 2015. OBS: O envio dos dados pode ser feito mediante o programa SisobraPref , desenvolvido pela SRP (Secretaria de Receita Previdenciária).	Art. 226 Dec. INSS nº 3.048/99
10/02	<u>Envio da GPS ao Sindicato</u> Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia da GPS relativa à competência janeiro /2015.	Art. 225, V e § 18 Decreto nº 3.048/99
10/02	<u>Repasse à Conta da Educação</u> Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 21 a 31 de janeiro/2015.	Art. 1º, § 6º IN TCEMG nº 13/2008
10/02	<u>Repasse à Conta da Saúde</u> Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 21 a 31 de janeiro/2015.	Art. 2º, § 1º, III IN TCE-MG nº 19/2008



13/02	Preparação da Documentação Verificação, pelo Controle Interno, da realização dessas atividades para exame de contas do TCEMG, referentes ao mês de janeiro/2015. (Prazo sugerido)	Arts. 6º e 7º, IN TCEMG nº 08/2003
13/02	Realização de controle de créditos adicionais (suplementar, especial e extraordinário), bem com o registro e emissão dos respectivos decretos.	Arts. 40 a 46 da Lei n.º 4.320/64
13/02	Balancetes Orçamentário e Financeiro da Câmara Envio pela Câmara à contabilidade da Prefeitura, referente ao mês de janeiro/2015, para fins de consolidação das informações contábeis. (Prazo sugerido)	Art. 3º, § 2º, I IN TCEMG nº 08/2003
13/02	Documentação de Obras e Serviços de Engenharia: Verificação, pelo Controle Interno, do arquivamento individualizado dos documentos das obras e serviços de engenharia iniciadas em janeiro/2015. (Prazo sugerido)	Art. 3º IN TCEMG nº 09/2003
13/02	Informações FISCAP – Fiscalização de Atos de Pessoal – TCE/MG do mês de janeiro de 2015 Último dia para a autoridade administrativa encaminhar ao TCEMG, por meio do FISCAP, para fins de registro ou averbação, as informações sobre: concessão dos benefícios de aposentadoria, reforma, pensão, complementação de proventos de aposentadoria e de pensão e cancelamento de ato concessório, relativas ao mês de janeiro de 2015.	Art. 3º, IN TCEMG nº 03/2011
13/02	Simples Nacional Último dia para que o órgão tributário do Município comunique à Receita Federal do Brasil (RFB) a regularidade das inscrições disponibilizadas no período de 1º a 09/02/2015, por meio do Portal do Simples Nacional.	Art. 7º, § 3º, III, "b" Resolução CGSN nº 04/2007
13/02	DARF referente a COFINS, CSLL e PIS/PASEP – Retenção na Fonte Último dia para recolhimento das contribuições retidas de pessoas jurídicas no período de 16 a 31/01/2015 (SE O MUNICÍPIO FIRMOU CONVÊNIO COM A UNIÃO).	Arts. 30 a 35 Lei nº 10.833/2003



13/02	Consórcio Público deve encaminhar informações sobre despesas dos contratos de rateios firmados entre os entes consorciados para consolidação de contas relativas ao mês anterior.	Lei Federal n. 11.107/2005 art. 8º § 4º e art. 12 da Portaria nº 12/2012 da STN
13/02	<p><u>Envio ao TCE por meio do FISCAP das informações sobre atos ocorridos entre o 1º dia ao último dia útil do mês de janeiro de 2015</u></p> <p>A autoridade administrativa responsável pela concessão dos benefícios de aposentadoria, reforma, pensão, complementação de proventos de aposentadoria e de pensão e cancelamento de ato concessório encaminhará ao Tribunal, as informações relativas aos atos acima ocorridas entre o 1º e o último dia útil do mês de janeiro de 2015, para fins de registro ou averbação, informações relativas aos atos concessórios, aos atos de cancelamento e retificadores.</p>	Art. 3 IN 3/2011 TCE MG.
13/02	<p><u>Limite de Repasse ao Poder Legislativo</u></p> <p>Apuração pela Contabilidade do Poder Executivo do limite de repasse ao Poder Legislativo para o ano de 2015, observando o disposto no art. 29-A da Constituição Federal e as consultas do TCE-MG n. 728.536, 735.393 e 741.957. (Prazo sugerido)</p>	Art. 29-A da Constituição Federal
13/02	<p><u>Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2014</u></p> <p>Último dia para encaminhar por meio eletrônico para o TCE MG por meio do SIACE LRF e afixação em local de fácil acesso ao público. (Municípios com mais de 50 mil habitantes).</p>	Art. 54 LC n. 101/2000 Art. 4º, § 3º, da IN TCE-MG nº. 12/2008
13/02	<p><u>Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2014</u></p> <p>Último dia para encaminhar por meio eletrônico para o TCE MG por meio do SIACE LRF e afixação em local de fácil acesso ao público. (Municípios com mais de 50 mil habitantes).</p>	Art. 54 LC n. 101/2000 Art. 4º, § 3º, da IN TCE-MG nº. 12/2008
13/02	<p><u>Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre - de 2014 e o comparativo da receita arrecadada e a meta bimestral de arrecadação (art. 13 LC 101/2000)</u></p> <p>Último dia para encaminhar por meio eletrônico para o TCE MG por meio do SIACE LRF e afixação em local de fácil acesso ao público. (Municípios com mais de 50 mil habitantes).</p>	Art. 54 LC n. 101/2000 Art. 8º, § 3º, da IN TCE-MG nº. 12/2008



20/02	Repasse à Conta da Saúde Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 1º a 10 de fevereiro de 2015.	Art. 2º, § 1º, I IN TCE-MG nº 19/2008
20/02	Repasse à Câmara Último dia para repasse ao Legislativo dos valores referentes ao mês de fevereiro de 2015.	Art. 29-A, § 2º, II CF/88
20/02	Repasse à Conta da Educação Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 1º a 10 de fevereiro de 2015.	Art. 1º, § 6º, I IN TCE-MG nº 13/2008
20/02	Preenchimento dos anexos I a IX Verificação, pelo Controle Interno, referentes ao mês de janeiro/2015. (Prazo sugerido)	Art. 7º, IN TCEMG nº 08/2003
20/02	Extratos de contratos e seus aditivos oriundos de Processo Licitatório Último dia para publicação na imprensa oficial referente àqueles assinados durante o mês de janeiro/2015.	Art. 61, parágrafo único, Lei nº 8.666/1993
20/02	Recolhimento das Contribuições devidas ao INSS Último dia para arrecadação das contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração relativas a janeiro/2015.	Art. 30 Lei nº 8.212/1991
20/02	INSS Último dia para recolhimento sem multa e sem juros das contribuições previdenciárias relativas a janeiro/2015, devidas pelas empresas, inclusive da retida sobre cessão de mão-de-obra (11%). Não havendo expediente bancário, prorrogar o pagamento para o dia útil seguinte.	GPS Eletrônica
24/02	DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Deverão apresentar a DCTF referente ao mês de janeiro/2015. As autarquias e fundações da administração pública dos Municípios e os órgãos públicos dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios, desde que se constituam em unidades gestoras de orçamento.	Arts. 2º e 5º IN RFB nº 974/2009



25/02	PASEP Contribuição referente ao mês de janeiro/2015; alíquota 1% e código de recolhimento 3703. Não havendo expediente bancário, antecipar o pagamento.	DARF 2 vias
25/02	Simples Nacional Último dia para que o órgão tributário do Município comunique à Receita Federal do Brasil (RFB) a regularidade das inscrições disponibilizadas no período de 10 a 19/02/2015, por meio do Portal do Simples Nacional.	Art. 7º, § 3º, III, "c" Resolução CGSN nº 04/2007
27/02	<u>DARF referente a COFINS, CSLL e PIS/PASEP – Retenção na Fonte</u> Último dia para recolhimento das contribuições retidas de pessoas jurídicas no período de 01 a 15/02/2015 (SE O MUNICÍPIO FIRMOU CONVÊNIO COM A UNIÃO).	Arts. 30 a 35 Lei nº 10.833/2003
27/02	<u>Repasse à Conta da Saúde</u> Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 11 a 20 de fevereiro de 2015.	Art. 2º, § 1º, II IN TCEMG nº 19/2008
27/02	<u>Repasse à Conta da Educação</u> Último dia para repasse dos recursos arrecadados no período de 11 a 20 de fevereiro de 2015.	Art. 1º, § 6º, II IN TCEMG nº 13/2008
27/02	<u>Relatório Mensal do Controle Interno</u> Emissão deverá conter os resultados dos acompanhamentos, a avaliação dos controles existentes e as medidas adotadas referentes ao mês de janeiro/2015 (<u>Prazo sugerido</u>).	Art. 5º, XII, "a" IN TCEMG nº 08/2004
27/02	<u>Tributos arrecadados no mês de dezembro/2014:</u> Último dia para publicação na página de Contas Públicas	Art. 2º, I IN TCU nº 28/99
27/02	<u>Compras mensais realizadas em dezembro/2014:</u> Último dia para publicação na página de Contas Públicas	Art. 2º, XXIV IN TCU nº 28/99



27/02	<p><u>Relatório das Despesas com o FUNDEB e Educação</u></p> <p>Último dia para elaboração referente ao mês de janeiro/2015, contendo nº do empenho, data da emissão, valor, favorecido, valor liquidado e pago, data do pagamento, saldo a pagar e nº do processo licitatório das despesas custeadas com recursos do FUNDEB e com recursos próprios. (Prazo sugerido)</p>	Art. 15, § 1º, I IN TCEMG nº 13/2008
27/02	<p><u>Repasse de informações sobre CRAS E CREAS para o MDS</u></p> <p>Último dia de prazo para os municípios preencherem sistema SUAS do MDS sobre os atendimentos do CRAS e CREAS relativo ao mês de referência janeiro/2015.</p>	Res. 4, de 24/05/2011 – CIT SNAS.
27/02	<p><u>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</u></p> <p>Último dia para EMISSÃO referente ao 1º bimestre/2015 (facultativa para os municípios com menos de 50.000 habitantes – envio semestral)</p>	Art. 8º, IN TCE-MG nº 12/2008
27/02	<p><u>Audiência Pública - Metas Fiscais do 3º quadrimestre/2014:</u></p> <p>Último dia para realização na Câmara Municipal.</p>	Art. 9º, § 4º Lei Complementar 101/2000
27/02	<p><u>Verificação das metas de resultado primário e nominal x receita:</u></p> <p>Caso a receita não comporte as metas, promover, até 30/03/2015 limitação de empenho e movimentação financeira; observando os critérios definidos na LDO/2015.</p>	Art. 9º, Lei Complementar 101/2000
27/02	<p><u>Comprovante de Rendimentos Pessoa Física:</u></p> <p>Último dia para fornecimento às pessoas físicas, referente aos rendimentos pagos e o imposto de renda retido na fonte no exercício de 2014.</p>	IN SRF 1.215/2011



2ª Etapa: do Censo Escolar

Abertura do módulo "Situação do Aluno" no Sistema Educacenso	02/02/2015
Período de coleta	02/02/2015 até 20/03/2014
Envio de ofício aos gestores municipais e estaduais sobre a disponibilização de relatórios por escola no módulo "Situação do Aluno"	Até, no máximo, três (3) dias após a divulgação dos dados preliminares no Sistema Educacenso
Disponibilização das taxas de rendimento e dos relatórios por escola no módulo "Situação do Aluno" para conferência dos gestores	30/03/2015
Reabertura do módulo "Situação do Aluno" na internet para correção de erros de informações	30/03/2015 até 15/04/2015
Verificação final dos dados processados após análise e correção de inconsistências no módulo "Situação do Aluno"	16/04/2015 até 29/04/2015
Disponibilização das taxas de rendimento e dos relatórios por escola no módulo "Situação do Aluno"	30/04/2015

NOTAS IMPORTANTES:

PRAZOS IMPORTANTES:

- 1) Prazos dispostos nesta agenda estão sujeitos às alterações contidas na aprovação de atos normativos.**
- 2) CNM alerta: cronograma do Censo Escolar 2014 sofreu alterações**
- 3) VAF - LEI Nº 18.030, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2009.**

Art. 13 As publicações de índices previstas nesta Lei apresentarão os dados constitutivos e os percentuais para cada critério.

[...] § 2º A Fundação João Pinheiro fará publicar:



I - **até o último dia de cada mês**, os índices de que tratam os incisos I a XVIII do art. 1º, bem como a consolidação destes por Município, para vigorarem no mês subsequente;

II - o resultado das impugnações relativas aos critérios previstos nos incisos I a XVIII do art. 1º, no prazo de quinze dias contados do último dia para seu recebimento.

****** NOVO******

OBS: Para efeito de entrega das parcelas (ICMS) de um determinado ano, o Estado fará publicar, no seu órgão oficial, até o dia **30/06 do ano da apuração do VAF, o valor adicionado em cada município.**

4) Comunicado SIAF

Está vigente o Protocolo ICMS nº 42/2009 que, **a partir de 01/10/2011**, determina que a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, só poderá receber mercadoria ou bem acobertado por NF-e, modelo 55. Fica vedado o acobertamento de vendas por Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A. Ressalta-se que para as prestações de serviço os contribuintes deverão continuar a emitir o documento próprio. A NF-e só substitui a NF modelo 1 ou 1-A, a qual deve ser emitida para venda de mercadorias.

Cabe à Administração Pública, para verificação da validade jurídica de Nota Fiscal Eletrônica, adotar os procedimentos previstos na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG nº 4.245, publicada no "Minas Gerais" de 31/08/2010 e também no sítio da SEF-MG na internet.

Acesse:

http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/resolucoes/2010/rr4245_2010.htm

5) Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

- Vigente desde o dia **16/05/2012**;
- Garante ao cidadão o direito de Acesso à Informação (ex: documentos, arquivos, estatísticas etc.) sob a guarda de órgãos e entidades públicas, **EXCETO** para informações tidas como **SIGILOSAS** (regulamentadas pelo próprio Município);
- **Entidades Privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos** também estão sujeitas à Lei;
- Informação repassada de forma **transparente e objetiva**;
- Dados técnicos traduzidos na **linguagem do dia a dia**;
- Conteúdo **acessível a pessoas com deficiência**;



→ Informação repassada em **todos os meios de divulgação** disponíveis;

→ Dentre outras obrigações.

UMA CAMPANHA PELA VIDA
FAÇA UMA DOAÇÃO AO HOSPITAL DO CÂNCER EM UBERLÂNDIA – MG
Informações: 0800-342062

CONTATOS NA AMVAP:

Telefone: (34) 3213-2433

Sítio na Internet: www.amvapmg.org.br

E-mail: amvap@amvapmg.org.br

SECRETARIA EXECUTIVA:

Maria: maria@amvapmg.org.br

RECEPÇÃO:

Darciane: darciane@amvapmg.org.br

TRANSPORTE:

Lucas: lucas@amvapmg.org.br

COMPRAS E LICITAÇÃO

Erondina: erondina@amvapmg.org.br

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:

Luiz Otavio Petri: assessoriacomunicacao@amvapmg.org.br

ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA:

Alexandre: alexandre@amvapmg.org.br

Alexandro: alexandro@amvapmg.org.br

Andréia.

ASSESSORIA EM ESPORTES

Alício Pena Jr.: alicio@amvapmg.org.br

ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA

Moisés: moises@amvapmg.org.br

Joice: joice@amvapmg.org.br

ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

Vimar: vimar@amvapmg.org.br

Hélio: helio@amvapmg.org.br



CIS/AMVAP e CIS/PONTAL

Rosângela: rosangela@amvapmg.org.br

agendaexames@amvapmg.org.br

CIDES – CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Cristina – Secretária Executiva: executivo.cides@gmail.com



AMVAP

AGP – Assessoria em Gestão Pública